

EDUCAÇÃO E CONSERVADORISMO EM MANOEL BOMFIM

EDUCATION AND CONSERVATISM IN MANOEL BOMFIM

EDUCACIÓN Y CONSERVACIÓN EN MANOEL BOMFIM

Elson dos Santos Gomes Junior

Instituto Federal Fluminense - IFF. Mestre em Sociologia Política (UENF).

Diego Gobo Porto

Instituto Federal Fluminense - IFF. Mestre em História (UFES).

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a relação entre educação e conservadorismo no pensamento de Manoel Bomfim (1868-1932). Sua obra foi desenvolvida no início do século XX e se relacionou com os principais problemas estruturais da sociedade brasileira, entre os quais, a concentração da riqueza, o analfabetismo, a marginalidade política e o uso estritamente retórico da roupagem institucional moderna sem ressonância social. Para Bomfim, em uma nação com tanto a ser construído, somente a educação poderia abrir caminho para o início das mudanças estruturais e culturais necessárias. No entanto, em um “Estado autocrático”, estas transformações não ocorreriam sem resistência. E é justamente o “conservantismo”, presente em tal estrutura, que Bomfim denuncia em sua obra como principal responsável pela manutenção do atraso social brasileiro.

Palavras-chave: Educação. Conservadorismo. Manoel Bomfim. Atraso.

Abstract: The purpose of this article is to discuss the relationship between education and conservatism in Manoel Bomfim's (1868-1932) thinking. His work was developed at the beginning of the 20th century and was related to the main structural problems of Brazilian society, among which, the concentration of wealth, illiteracy, political marginality and the strictly rhetorical use of modern institutional clothing without social resonance. For Bomfim, in a nation with so much to be built, only education could pave the way for the beginning of the necessary structural and cultural changes. However, in an “autocratic state”, these transformations would not occur without resistance. And it is precisely “conservatism”, present in such a structure, that Bomfim denounces in his work as the main responsible for maintaining the Brazilian social backwardness.

Keywords: Education. Conservatism. Manoel Bomfim. Backwardness.

Resumen: El propósito de este artículo es discutir la relación entre educación y conservadurismo en el pensamiento de Manoel Bomfim (1868-1932). Su trabajo se desarrolló a principios del siglo XX y se relacionó con los principales problemas estructurales de la sociedad brasileña, entre los cuales, la concentración de la riqueza, el analfabetismo, la marginalidad política y el uso estrictamente retórico de la ropa institucional moderna sin resonancia social. Para Bomfim, en una nación con mucho por construir, solo la educación podría allanar el camino para el comienzo de los cambios estructurales y culturales

necesarios. Sin embargo, en un "estado autocrático", estas transformaciones no ocurrirían sin resistencia. Y es precisamente el "conservadurismo", presente en esa estructura, lo que Bomfim denuncia en su trabajo como el principal responsable del mantenimiento del atraso social brasileño.

Palabras clave: Educación. Conservadurismo Manoel Bomfim. Retraso.

1 - Introdução

Manoel Bomfim (1868-1932), sergipano de Aracaju, encontra-se entre os principais representantes do pensamento "radical" no Brasil. Segundo Antônio Cândido (1990), essa corrente se caracteriza, principalmente, pela oposição ao conservadorismo. Essas "posições conservadoras", segundo ele, constituem uma "barreira" para o desenvolvimento de uma sociedade mais equânime.

Assim, entre os principais alvos de sua crítica, encontra-se a concentração de riquezas, serviços, bens culturais e poder político. Como bem definiu Botelho (2006), Bomfim foi um ferrenho opositor do "Estado autocrático". Com esse traço característico de sua constituição, apoiar o conservadorismo seria o mesmo que lutar em prol da continuidade de tal "Estado".

Por isso, com seus escritos e sua prática como educador, Bomfim buscou contribuir para a ampliação do limitado horizonte da cidadania no Brasil. Almejou escrever uma história que, longe de criar discursos desalinhados com o processo de formação social (GONTIJO, 2006), pudesse tornar a sociedade brasileira consciente de suas ausências e necessidades.

Para o desenvolvimento de sua empreitada intelectual, afastou-se completamente das análises que consideravam o atraso brasileiro como decorrente da miscigenação racial. Como bem definiu Costa (2005), Bomfim foi contra o "racismo científico". Preferiu salientar que os "males de origem", no Brasil, possuem suas raízes em uma relação parasitária e desigual entre nações.

Assim, como pensador que teve como norteador o desejo de superar as desigualdades e os "males", Bomfim viu na educação uma chave para superação do atraso, da marginalidade, da cultura parasitária e do analfabetismo. Seu objetivo foi minar os pilares do "Estado autocrático". Contudo, seu projeto esbarrou em uma resistência política e cultural: o conservadorismo¹⁸.

Nesses termos, discutiremos a relação entre educação e conservadorismo na Obra de Manoel Bomfim. Na primeira parte, será tratado o projeto de "educação popular" e seu papel redentor da sociedade brasileira. Na segunda parte, serão discutidos os entraves do conservadorismo para a efetivação de tal projeto.

2 - Manoel Bomfim e a Educação Popular

Segundo Botelho (1997), a temática do "atraso brasileiro" associada ao déficit educacional encontra-se presente em diversos autores do pensamento

¹⁸O termo mais empregado por Bomfim é "conservantismo". No entanto, no que tange ao conteúdo conceitual, os dois são equivalentes, sem qualquer tipo de comprometimento para o entendimento da crítica do autor.

social brasileiro. Seja na luta contra o “analfabetismo das classes inferiores” (PRADO, 1997), na busca por um “batismo da instrução” (BASTOS, 1975), ou, entre outros, na superação dos problemas educacionais como entrave para a modernização (BARBOSA, 1947).

Entre os autores que se dedicaram a essa questão, latente no início do século XX, encontra-se Manoel Bomfim. O “rebelde esquecido”, como bem salientou Aguiar (2000), escreveu durante o processo de amadurecimento da jovem República brasileira. Sua análise encontrou assim uma complexa situação social que, entre outras coisas, foi marcada pelo processo de industrialização, pela tentativa de integração social da população (em sua maioria negra) e pela formação da classe operária (FERNANDES, 2005).

Nesse quadro, tanto Botelho (1997) quanto Gontijo (2010) destacam que a educação popular, em Bomfim, assumiu papel redentor da sociedade. Por meio dela, seria possível politizar as camadas populares, superar as desigualdades estruturais e transformar qualitativa e quantitativamente as relações sociais.

Uma sociedade marcada por vasto e profundo analfabetismo deveria ter como meta a escolarização da massa da população, o que possibilitaria projetos mais audaciosos, tanto de cunho educacional como de desenvolvimento social, cultural e econômico. Entre os vários problemas identificados por ele, havia o fato de que, no Brasil,

(...) a instrução superior, antes de propagar a primária – fazem doutores para boiar sobre uma onda de analfabetos. Em vez do ensino popular, que prepare a massa geral da população – elemento essencial numa democracia, em vez da instrução profissional-industrial, donde tem saído o progresso econômico de todas as nações, hoje ricas e prósperas – em vez disto, reclamam universidades – já alemãs, já francesas (BOMFIM, 2005, p.203).

Sua crítica se direciona basicamente para três questões. Primeiro, o fato de as classes dirigentes negligenciarem a educação popular. Isso por terem assegurado seu acesso à educação primária e ao ensino superior. Segundo, a identificação cultural brasileira com o exterior; ou seja, uma educação pensada sem considerar as especificidades socioculturais do Brasil. E por fim, o caráter distintivo da instrução, salientado, tempos depois, por Sérgio Buarque de Holanda (1987), que chamou tal prática social de “bacharelismo”.

O compromisso com uma educação popular, segundo Bomfim (2005, p.201), em parte, acabou sendo marginalizado, pois, além de desconhecerem a “realidade da vida”, os “homens públicos desconhecem também as causas reais deste mal-estar permanente”. Nesse caso, salienta a cultura de soluções meramente “livrescas”. Assim, para alcançar a riqueza, o Brasil necessitaria impor, incondicionalmente, a “cultura do trabalho inteligente”. Sobre isso, aponta que:

(...) só há um caminho para chegar lá: a cultura da inteligência, a difusão da instrução, a propagação da

ciência. Voltem-se para os Estados Unidos, vejam como a indústria e a lavoura aproveitam ali o progresso da ciência. Tudo que a física, a química, a botânica, a meteorologia... ensinam tem uma aplicação imediata às indústrias. Vejam o esmero com que se instruem as massas populares, e reconhecerão, então, que não foi a imigração quem produziu o maravilhoso progresso da grande república, mas a cultura, a instrução generalizada (BOMFIM, 2005, p. 202).

Dois pontos merecem destaque nessa citação. Primeiro, a ênfase sobre o lugar da ciência na sociedade moderna. Para Bomfim, ela tem lugar privilegiado. Inclusive, como afirma Gontijo (2010), foi inspirado por um estudo estatístico sobre educação, realizado pelos Estados Unidos e divulgado em 1893, que ele se atentou para sua importância no Brasil. Segundo, a generalização da cultura e da instrução como parte do projeto de construção das fundações de uma sociedade democrática.

Nesse último, a “educação popular” ultrapassa as instâncias educacionais tradicionais e se torna requisito para construção da nação. Assim, a sociedade brasileira poderia almejar seu desenvolvimento, enquanto nação, abarcando todos os estratos sociais. No entanto, essa educação precisa ser “positiva”, ou seja, precisa possuir base metodológica e científica. Não pode ser uma “leitura retardada”, como era a cultura jurídica no Brasil¹⁹. Ao criticá-la, Bomfim afirma que:

(...) o saber adquirido faz parte da formação essencial do mentalismo no que se refere aos aspectos gerais da vida, e vem constituir a estrutura mesmo do seu espírito; um tal preparo científico precede os julgamentos filosóficos e sociais, e dá-lhes uma base constante e segura. Outra coisa bem diversa é o que acontece com indivíduos que procuram um suplemento de saber quando já têm a sua mentalidade feita, inclinada em tais ou quais preconceitos (...) (BOMFIM, 1996, p.458).

A educação popular, em Bomfim, abarca uma condição de aprendizagem e desenvolvimento. Para isso, não pode ser corrompida pela prática de usar a realidade para corroborar ideias e/ou acontecimentos. Antes, deve proporcionar o desenvolvimento humano. Nesse sentido, não pode permanecer o desconhecimento da “realidade da natureza humana, tanto nos seus desenvolvimentos fisiológicos como nos aspectos psíquicos e sociais” (BOMFIM, 1996, p.457).

Essas três dimensões da “natureza humana” descritas por Bomfim mostram que sua compreensão sobre o desenvolvimento humano ultrapassa

¹⁹Até então, o curso de Medicina e o de Direito eram os representantes da cultura acadêmica e científica no Brasil. Bomfim, na verdade, antes de criticar o Direito, faz ponderações a respeito da forma que era desenvolvido e ensinado no Brasil. Em sua opinião, o curso era desatualizado e servia mais para corroborar o *status quo* do que para aguçar a mente em práticas investigativas.

em muito os aspectos econômicos. Para ele, a sobreposição do econômico às dimensões humanas tem conduzido ao esmagamento da “massa da nação” pela “ganância do capital”. Por isso, fala em desenvolvermos outras formas de riqueza, como a arte, o conhecimento e a literatura (BOMFIM, 1996, p.476).

Para Bomfim, não adianta ter um vasto território, riqueza e potencial. Se isso se encontra restrito a uma pequena parcela da população, não passa de “riqueza disfarçada”. Em seu entendimento, “(...) a grandeza efetiva e humana de uma nação está no valor moral e mental dos indivíduos, e não no número deles” (BOMFIM, 1996, p. 483).

Com isso, aprofunda sua defesa de um projeto de sociedade em que a educação extrapole os limites meramente econômicos e alcance a população. Contudo, esse projeto esbarra no fato de que “somos um dos países de escolha do capital cosmopolita, o mais implacável, aqui desinteressado de tudo que não seja a crua espoliação” (BOMFIM, 1996, p.536).

Esse descompasso, segundo Bomfim (1996), mostra uma sociedade dividida entre classe dirigente e povo. A primeira, comprometida apenas com os interesses materiais, “intenta fazer uma nação sem povo”. O segundo, tentando existir forte como “Sansão” em uma jornada que é “(...) intacta e pura, bondade forjada no sofrimento, a fazer a legítima política da cordial solidariedade”. Continua, afirmando que:

Para tanto, porém, é preciso uma direção política superior aos materialismos e outros critérios vis. Se faltam cidadãos para uma República, se faltam ao país, homens em valor humano, procuremos formá-los. É a suprema virtude da educação: pode sempre, de uma criatura normal, fazer um indivíduo inteligentemente produtor e moralmente disciplinado para vida livre. Contemos, no entanto, que não é em resignação que se fará essa obra regeneradora; é, sim, extraíndo dos caracteres toda força de que são dotados, e pedindo à inteligência a grande miraculosa força do pensamento (BOMFIM, 1996, p. 542).

Em Bomfim (1996, p.546), esses termos retiram da natureza qualquer direcionamento e/ou condução para a formação humana. Ela é, em seu pensamento, uma questão de “interesse social-nacional”. Assim, “essa verificação, nos fatos, comprova deduções irrecusáveis. O homem, como produto da natureza, não existe; é a educação que o forma”.

A defesa da educação popular realizada por Bomfim passa pela conscientização histórica, política, cultural, linguística e social (BOMFIM, 1996; 1997; 2005; 2006; 2013). Sua proposta não se encontra associada ao mercado e/ou ao tempo. Antes, é constantemente reiterada como um compromisso que a sociedade tem consigo mesma. Assim, ela deve escolher o que quer ser e, consequentemente, como educar. Disso, salienta que:

Quem poderia contestar a realidade das influências educativas? Nem de outro modo se explica a instintiva confiança que todos temos na educação. O modo de formação faz um livresco, um erudito, desapercibido das

realidades, como faz um autodidata, ou um independente... Nos modos superiores de proceder, o espírito age e se conduz como se possuísse um sentido especial, o sentido moral, que lhe permite manter-se em equilíbrio, graças a inibições constantes, por entre as intrincadíssimas exigências sociais (BOMFIM, 2006, p.48).

Com essa afirmação, Bomfim nos alerta para o fato de que, se nossa educação está atrelada ao mercado e nossas elites presas na busca pelo material, a formação social dificilmente conseguirá escapar dessas latências. Por isso, educação popular só pode se realizar, como projeto, em uma sociedade que tenha inerente em seu existir a busca pelo desenvolvimento humano. “E porque a educação é, assim, função social, eminentemente garantidora, todas as grandes nações a incluem nos serviços nacionais, como dever essencial” (BOMFIM, 1996, p.548).

No caso do Brasil, afirma Bomfim (1996), a educação parece atender aos interesses dos dirigentes políticos que veem em sua precariedade uma garantia de manutenção da estrutura que os privilegia. Além disso, essa condição gera a demonização da política por parte da população e, conseqüentemente, um círculo vicioso extremamente nocivo à cultura política da sociedade brasileira.

Dessa forma, a defesa de um modelo de educação com objetivo de desenvolvimento humano, social e moral aparece em Bomfim como um contraponto aos problemas estruturais da nação. Educar é assim condição *sinequanom* para a superação do “parasitismo” (BOMFIM, 2005), para uma efetiva “soberania nacional” (BOMFIM, 1996), para o reconhecimento do “nacionalismo” e seus verdadeiros responsáveis (BOMFIM, 1997) e, por fim, pela redefinição da história, com sua elaboração como forma de existência ativa e de autoconhecimento (BOMFIM, 2013).

Para tanto, o projeto educacional de Bomfim engendra, como forma norteadora de educação, uma postura atuante. Assim sendo, precisa se distanciar o quanto possível de qualquer acomodação retórica e de simples formalismo. Para uma nação com tanto a ser construído, como o Brasil, não bastam palavras. Por isso, em tais condições:

(...) não basta repetir o termo [educação], como se nele houvera qualquer mirífica virtude. Para dar significação da obra educativa e destacar-lhe o valor, é preciso caracterizá-la definindo-lhe muito nitidamente os motivos, para os efeitos necessários: uma corrente que se orienta com o prosseguir da vida consciente, na afirmação de novos valores humanos (BOMFIM, 1996, p.547).

Os “novos valores humanos”, salientados por Bomfim, estavam sendo evocados pela nascente república. Contudo, principalmente pelas disputas materialistas e centralizadoras, encontrou pouca ressonância naquela sociedade. Por isso, seu projeto esbarrou em uma força de resistência moral e prática: o “conservantismo”. Bomfim (2005) se questionou a respeito de sua

lógica em uma sociedade como a brasileira, e ele a encontrou, principalmente, como barreira à educação popular.

3 - Conservadorismo e educação

Uma das principais características do pensamento político conservador está na concepção da realidade histórica. Esta, ao contrário de ser encarada como processo de escolhas políticas e sociais, é vista com tom de “natureza”. Assim, repudiando qualquer forma de teorização da história em favor de uma perspectiva cultural tradicionalista, a sociedade se viabiliza através do acúmulo de experiências (BURKE, 2012).

Payne (2012, p. 59), ao tratar da obra do inglês Edmund Burke (1729-1797) – considerado fundador do conservadorismo político moderno –, afirma que “é da natureza e da essência da propriedade ser desigual. Os graus de propriedade social devem sempre exibir muitas nuances de disparidade”. Por isso, para os conservadores, como Burke (2012), qualquer tentativa de promover uma sociedade igualitária não passa de mera “filosofia”.

Para Bomfim (2005), essa tendência à naturalização de profundas desigualdades – educacionais, materiais, econômicas, políticas, culturais – também se encontra no cerne do “conservantismo”. No entanto, ele a vê de maneira nociva, como a maior das “qualidades” transmitida a nós pelos portugueses.

Em teoria, os homens de classes dirigentes aceitam e proclamam, como boa, a maior parte das ideias gerais, comuns, de progresso; mas, nem sabem relacionar essas ideias e princípios gerais com as necessidades próprias de cada época e com as circunstâncias especiais de cada país, nem sabem fazer essa aplicação, nem são capazes, quando ela se impõe por si mesma, do menor esforço para adaptar-se a uma conduta diversa. Não suportam que as coisas mudem em torno deles. Adotam as ideias, aceitam as palavras, mas não podem aclimatar-se às coisas que essas palavras designam (BOMFIM, 2005, p.177).

Assim, para Bomfim (1996; 2005), o Brasil possui grande facilidade em assumir a retóricadas instituições modernas – república, democracia, direitos humanos, educação, igualdade, liberdade entre outros tantos – que, na prática, não passam de palavras em um mar de desigualdade pontilhado por ilhas de profunda riqueza e poder político.

Efetivamente, afirma Bomfim (2005, p. 178), “todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina; são ativos apenas para opor-se a qualquer inovação efetiva, a qualquer transformação real, progressista”. Nesse sentido, considerando a realidade das nações sul-americanas e seu o passado colonial, o conservadorismo apresenta-se como uma retórica destoante da realidade.

A pergunta que faz Bomfim (2005), a partir de tais constatações, é justamente a seguinte: “(...) em nome de que se justifica esse programa de

política conservadora?”. Para ele, essa disparidade só serve como evidência da usurpação realizada pelas classes dirigentes que, como pretexto, usam os interesses nacionais.

Assim, entre tantos desdobramentos, tal estrutura deixa, na visão de Bomfim (2005, p. 178), tudo “(...) por fazer, a começar pela educação política e social das populações”. Sem uma educação que transforme o papel da população e a torne protagonista dos desígnios da nação, esse “projeto” vai continuar. Dessa forma:

É o egoísmo arvorado em programa: coíba-se o progresso, perpetuem-se os abusos, amontoem-se as crises, contanto que ao misoneísta sejam respeitadas todas as ideias preconcebidas, e os sentimentos que trouxe de outra época, e os hábitos ligados a necessidades passadas; que não lhe firam um privilégio, que lhe respeitem a situação cômoda, em que vive a engordar sobre o labor alheio... É sem dúvida o sentimento que arrasta os políticos a essa aberração e obsessão conservadora (BOMFIM, 2005, p.179).

Disso, podemos apontar o caráter “parasitário” do conservadorismo para Bomfim (2005; 1996; 1997; 2013). Essa situação foi herdada da colonização portuguesa que, entre outras coisas, curvou a autonomia e a prosperidade da então metrópole, em prol de uma vida parasitária que a levou à decadência. Segundo Bomfim, o mesmo ocorre entre as classes dirigentes e o povo no Brasil.

A cultura parasitária, afirma Bomfim (1997, p.59), chegou ao auge da “degradação” através da escravidão empenhada pelas classes dirigentes no Brasil. Com essa prática, “os governantes se tornaram devoradores e gozadores”. O valor humano decaiu; reduziu-se o intelecto e afrouxou-se o caráter. Mas não diminuiu “a ganância”.

Por isso, Bomfim (1997; 2005; 1996) aborda, tantas vezes, o aspecto moral da escravidão e das práticas sócio-políticas. O fato de a classe política “naturalizar”, como defendem os conservadores (BURKE, 2012; KIRK, 2016), as diferenças sociais, faz com que a massa da população fique desprovida de participar, com o mínimo de igualdade de condições, dos direcionamentos da nação.

A preocupação de Bomfim em criticar tão veementemente o parasitismo social e, conseqüentemente, toda forma de conservadorismo que negue a realidade histórica é, justamente, sua condição de entrave para o primeiro passo a ser tomado; ou seja, o reconhecimento de certas necessidades e de certas mudanças para o bem da nação. Contudo, a história, como crítica de tal realidade, passa bem longe do esperado por Bomfim (2013).

A ausência de instituições sociais que representem efetivamente a superação das práticas relacionadas ao passado escravocrata encontra-se, Para Bomfim (1996, p.367), no cerne de sua questão sobre o conservadorismo. Longe de contribuir para o desenvolvimento da nação, essas práticas sevem apenas para a manutenção de uma “política de personalidades”.

Assim, como os principais debates referentes ao desenvolvimento da nação são personalizados pelos habilitados – social, econômica e politicamente – as questões de real interesse nacional se tornam secundárias. Entre elas, encontra-se a educação, o abolicionismo e o trabalho. Dessa “naturalização” das práticas do passado, afirma Bomfim:

Seria consequência lógica do abolicionismo vitorioso a organização do trabalho inteligente e livre; preparo do trabalhador, completado na sua educação política; leis sociais da proteção do operariado contra a exploração dos patrões; o seu direito de organização sindical e de greve; a garantia da boa higiene – no esforço e na disposição de locais; organização de seguros – acidentes e velhice... o indispensável, em suma, para que o proletário não seja um espoliado; o necessário para que a produção não seja a exploração cruel do que realmente trabalham (BOMFIM, 1996, 366).

No entanto, a sociedade do passado escravocrata viu, através de suas práticas políticas conservadoras, a manifestação bem distinta de um “abolicionismo vitorioso”, pois, antes de a nação mostrar interesse em integração e inclusão, almejou, através de suas elites, a manutenção das mesmas estruturas; agora, alicerçadas sobre as já citadas roupagens institucionais da modernidade. A análise de Bomfim foi contra essas persistências sociopolíticas que inviabilizaram, entre outras coisas, a efetividade da educação brasileira.

Em um livro de leitura organizado em conjunto com Olavo Bilac (BILAC e BOMFIM, 1953), explicita que o objetivo da educação é “suscitar a coragem, harmonizar os esforços e cultivar a bondade - eis a fórmula da educação humana”. Assim, sua análise sobre a viabilidade de uma educação humana se apresenta como objetivo a ser alcançado através da superação dos pilares conservantistas.

Em Bomfim (1997), o conceito de conservantismo está associado a formas “políticas e psicológicas”. Seu projeto educacional se defronta com o desafio de demoli-las. Por isso, sua crítica centra-se na especificidade do processo histórico brasileiro, pois, ao contrário de nações desenvolvidas em que a ideia de conservadorismo encontra respaldo na organização social, no Brasil (e América Latina), essa agenda não possui ressonância na maioria da população.

O primeiro a fazer essa conexão de forma sistematizada foi Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai. Seu conceito de desenvolvimento está restrito ao aparelho administrativo estatal. Em seus “Ensaio Sobre o Direito Administrativo” (SOUSA, 2002), salienta a importância do bom desenvolvimento institucional como forma de educar a sociedade. Nesse sentido, inaugurou uma perspectiva, mesmo que velada, que relaciona o conservadorismo com o bom funcionamento das instituições.

Bomfim viu muito além desse horizonte. Viu necessidades que inviabilizavam o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, da nação. Além do persistente mau funcionamento institucional, outros “males”

persistiam. Com isso, aproximadamente meio século depois, Bomfim (2005) respondeu as inquietações do conservador Visconde do Uruguai. Não havia o que conservar. O projeto conservador esteve associado a práticas econômicas, políticas, sociais e trabalhistas de cunho eminentemente “parasitário”.

Tendo o “hospedeiro” sempre diante de si, as classes dirigentes pouco se preocuparam com questões relacionadas ao desenvolvimento. Para Bomfim (1996; 1997; 2005), o parasitismo foi uma via de sobrevivência histórica que conduziu a nação à decadência, que se manifestava através da superexploração do trabalhador, do alto nível de analfabetos, do descaso com a “educação humana” (BOMFIM, 1953) e do baixo nível de “soberania” em relação às economias centrais (BOMFIM, 1996). Manifestava-se também pela apropriação indevida da história que, antes de situar a nação de sua verdadeira condição, usurpa autonomia e potencialidades através de uma historiografia que negava a estrutura parasitária e conservantista (BOMFIM, 1997; 2013).

A história, para Bomfim, desenrolava-se pelo alto da sociedade. Ela não possui ressonância, capilaridade. Parece desenvolver-se sem alterar a vida da população. Essa questão se manifesta nitidamente em sua análise sobre o período republicano. Para Bomfim (1996), essa mudança histórica não passou de “insignificantes afirmações democráticas”, onde:

Também é verdade que, se se desse efetividade sincera à constituição de 24 de fevereiro, nem por isso teríamos realidade de República. Obra de oitava, sem correspondência com as necessidades do Brasil em vista da justiça e do progresso social, ela se demonstra inoperante, insuficiente, sem virtude para dar-nos o livre jogo de opinião nacional e a educação política de que carecíamos, ou, sequer, um pouco de capacidade administrativa, ou a simples probidade no governo (BOMFIM, 1996, p. 494-495).

Para Bomfim, as alterações institucionais no Brasil não possuem “aura de verdadeira revolução”. Por isso, sua luta contra o conservantismo e em favor da educação, passa pela mudança de estruturas que estão além do campo educacional. Para ele, urge a necessidade de mudança institucional, política e psicossocial, entre outras. Sem essas mudanças, a educação para a humanidade não encontrará espaço. Mais do que isso, sem valorizar o elemento humano em suas variadas dimensões – política, economia, sociedade, trabalho, instituições –, não logrará êxito.

Na “política dos governadores”, Bomfim (1996) viu a prova histórica de que o conservantismo, pautado no parasitismo e na decadência moral, estava vigente no Brasil. Período que manifestou a abolição derrotada (com a população negra marginalizada do trabalho e da educação), altos índices de analfabetismo e degradação política. Foi tanto seu inconformismo que suas analogias beiraram a acidez, ao afirmar que:

E a nação, (...) acabou aceitando – que o regime republicano é isto mesmo. (...) Por toda parte, o mundo dos políticos profissionais é, para a vida social, como o

das profissionais da prostituição, para a vida moral: miséria que a organização social imperfeita torna necessidade. Todavia, mesmo para a prostituição, há exigências de compostura e de relativa decência. No Brasil republicano, a profissão de político desnivela a função até a imundície: é a desmoralização irremissível do prostíbulo (BOMFIM, 1996, p.503).

Para uma sociedade que faz mudanças institucionais sem ressonância histórica e, portanto, social, a vida prática continua manifestando todas as diferenças e exclusões da sociedade parasitária e escravocrata (seja do período colonial ou do império). Para que o Brasil consiga alcançar níveis de desenvolvimento significativos – seja institucional, político, educacional ou qualquer outro –, exige-se que a história seja revelada de acordo com a base existencial da população brasileira (BOMFIM, 1997; 2013).

Por isso, não adianta a manutenção de uma retórica e/ou práticas conservantistas, afirma Bomfim (1996). O Brasil ainda tem muito a ser feito. Enquanto seus trabalhadores forem explorados no nível da escravidão, enquanto sua população for excluída da educação, enquanto a economia ditar as regras e os direcionamentos da nação, enquanto a classe política se apropriar de retóricas modernas e continuar com velhas práticas, não poderá haver conservadorismo. Não com legitimidade histórica, econômica e política.

Considerações Finais

Com a lente interpretativa de Manoel Bomfim, podemos nos atentar para uma questão de extrema importância: a relação entre educação e conservadorismo deve ser pensada e repensada constantemente. Primeiro, pelo fato de a mudança ser uma constante em termos sociais e culturais. Segundo, pela necessidade de um acompanhamento crítico como norteador pedagógico da relação entre educação e sociedade.

A obra de Manoel Bomfim não está associada a uma “rebeldia” gratuita. Pelo contrário, se insere em um compromisso com a construção de uma sociedade que possa oferecer mais de seus bens (materiais, culturais e políticos) para o maior número possível de pessoas. Por isso, antes de ser simplesmente anticonservadora, sua obra é contra conservar o inacabado, o simplesmente retórico, o que ficou apenas na constituição e não conseguiu se efetivar.

Além disso, nunca se colocou como um fatalista. Pelo contrário, sempre argumentou tendo como vistas a possibilidade de superação das deformidades sociais. Nesses termos, deixa margem, até mesmo, para uma possível via conservadora, desde que ela seja norteadada pelo desejo de efetiva democratização dos bens sociais através da igualdade de condições.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde – *O rebelde esquecido: tempo, vida obra de Manoel Bomfim*. TOPBOOKS/ANPOCS, São Paulo, 2000.

BARBOSA, Ruy. Reforma do Ensino Primário. Obra Completa. Rio de Janeiro: MEC, 1947.

BASTOS, Tavares. A província: estudo sobre a descentralização do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

BILAC, Olavo & BOMFIM, Manoel. Através do Brasil – Livro de Leitura para o Curso Médio. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1953.

BOMFIM, Manoel. A América Latina Males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

_____. O Brasil na América – caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. O Brasil na História – deturpação das tradições e degradação política. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2013.

_____. O Brasil Nação – realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. Pensar e Dizer – estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

BOTELHO, André – *O batismo da instrução: atraso e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 1997.

BOTELHO, André. Manoel Bomfim e o Estado Autocrático Brasileiro: Apontamentos para uma agenda de pesquisa. *Achegas*, n.31, set./out. 2006. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/31/col_andre_31.pdf.

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução na França. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

CANDIDO, Antonio – “Radicalismos”. *Revista Estudos Avançados*, vol. 4, nº 8, São Paulo, 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v4n8/v4n8a02.pdf>.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho – “O problema nacional, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as implicações do “nacional” em Manoel Bomfim”. *Revista Política & Trabalho*, nº 22, pp.165-184, João Pessoa, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6571/4128>.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim (1868-1932) e a escrita da história do Brasil. *Achegas.net*, v. 31, p. 13-19, 2006. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/31/col_rebeca_31.pdf.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de [1936] - Raízes do Brasil. José Olympio, 19ª ed., Rio de Janeiro, 1987.

KIRK, Russel. Edmund Burke – redescobrimo um gênio. São Paulo: É Realizações, 2016.

PRADO, Paulo. Retratos do Brasil. 8ª Edição. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

SOUSA, Paulino José Soares de. Ensaio Sobre o Direito Administrativo. In. CARVALHO, José Murilo de (org.) – *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 2002.